



EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A QUESTÃO AGRÁRIA: uma análise crítica dos pressupostos implementados pelos organismos oficiais do capital

Pedro Rafael Costa¹
Stephanie Barros Araujo²
Maria de Fatima Martins De Oliveira³
Francisco Thiago Cavalcante Garcez⁴
Maria Susana Vasconcelos Jimenez⁵

Resumo: O presente trabalho se propõe ao estudo dos elementos teórico/práticos constituintes do paradigma: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). A partir de criterioso levantamento bibliográfico de cunho quantitativo e qualitativo, buscamos, na perspectiva da crítica marxista, situar a relação entre tal paradigma e o processo de reprodução do capital. Tendo como elemento norteador, a discussão pertinente à Questão Agrária, pretendemos, de modo mais específico, apontar, de maneira breve, os componentes das diretrizes governamentais internacionais ligadas ao campo educacional e à sustentabilidade, no quadro crise estrutural do capital.

Palavras-chave: Educação – Desenvolvimento Sustentável – Questão Agrária - Crítica marxista.

Abstract: The paper proposes a study of theoretical/practical elements constituents of the paradigm related to the education for sustainable development (ESD). Thorough a bibliographic survey of quantitative and qualitative nature, and from the perspective of the Marxist critique, we seek to explicit the relationship between such paradigm and the process of capital reproduction. Taking as a guiding element, the relevant discussion about the Agrarian Question, we specifically, point out, although briefly, the components of the international and national guidelines related to education and sustainability, within the framework of the structural crisis of capital.

Keywords: Education – Sustainable Development – Agrarian Issue – Marxist critique.

¹ Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UFCE). pedrorafaelce@hotmail.com

² Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UFCE). teh_barros@yahoo.com.br

³ Bacharel. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

⁴ Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UECE). thiagogarcez@ig.com.br

⁵ Doutora. Universidade Estadual do Ceará (UECE).



INTRODUÇÃO

Buscando desvendar as implicações que cercam as formulações atinentes ao “cidadão e a sociedade do conhecimento”, assim como parte dos pressupostos educacionais elaborados em subsunção à sustentabilidade no quadro da crise do capital, optamos por prestar especial atenção às características centrais do discurso presente em documentos como O Monitoramento dos Objetivos de Educação para Todos no Brasil (2010), Relatório de Sustentabilidade da Petrobrás (2011), ao lado do documento basilar, que fundamenta em linhas gerais todos os citados: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, resultante da Conferência de Jomtien, de 1990.

Com essa ação, pretendemos relacionar o paradigma educacional implementado pelo atual Estado Nacional com as exigências materiais de reprodução do capital global, apreendendo a totalidade de intencionalidades envolvidas no processo de reformulação das diretrizes educacionais nos últimos anos, especialmente aquelas ligadas diretamente à noção de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), e sua relação com a atual forma reprodutiva do capital em crise, relatando minimamente os alcances e limites das críticas presentes nos documentos citados, através da leitura crítico-ontológica da bibliografia exposta.

1. A DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS E SUAS PROPOSIÇÕES: a decantada harmonia universal.

Estabelecemos como pedra angular das mais recentes determinações governamentais destinadas ao desenvolvimento sustentável na esfera educacional, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Sobre esta, admitimos a imensa preocupação com a educação básica, aspecto que é intimamente ligado ao desenvolvimento econômico de determinado país segundo o documento. Também é explícita a leitura apassivadora que o texto dá à dinâmica global, onde os países, em constante cooperação, estariam compactuando com a democratização da informação, este, elemento central para a sobrevivência da humanidade. Dessa forma, o escrito deixa claro que a educação pode contribuir para conquistar um “mundo mais seguro, mais sadio, mais



próspero e ambientalmente mais puro” (WCEFA - Conferência Mundial de Educação para Todos. – 1990). Nessa assertiva, já podemos perceber um apelo, em certa medida, psicologizante, na constituição do discurso da declaração. A alteridade dos valores culturais e o respeito à causa da justiça social são postos em contraste com o princípio da homogeneização cultural, pois o convívio de variáveis antagônicas seria solucionado pela busca do bem comum pelas distintas nações.

Um ponto importante é exposto no artigo 3º, onde o acesso ao ensino básico seria oferecido indiscriminadamente a grupos sociais distintos como: moradores de rua, povos indígenas, não devendo esses, sofrer nenhum tipo de discriminação ao acessar o sistema educacional formal. Aí se põem, a propósito, importantes questões: como articular princípios universalizadores (a necessidade da educação formal), às reais necessidades de grupos sociais marginalizados? Como se estabeleceriam as mediações entre diferentes níveis de necessidade do gênero humano, ao largo da categoria classe social? Todavia, estas são incógnitas essenciais que a Declaração não esclarece. Outro ponto crítico diz respeito ao princípio relativo à função utilitarista da educação, ou seja, como fator de ampliação dos rendimentos econômicos de um país (art.9º §2º), constituindo-se este, o pressuposto para o estabelecimento de níveis de aquisição de conhecimento e processos avaliativos periódicos que mediriam o sucesso do adiestramento intelectual promovido. Também o reforço da transmissão de informação por veículos de massa como a televisão e o rádio (art. 5º) é elencada como medida primordial na democratização do conhecimento. Já dentre os requisitos para a implementação do Projeto de Educação para Todos, está o ajuste de uma política fiscal adequada nos campos econômicos, do comércio, trabalho, emprego e saúde incentivando o desenvolvimento da sociedade (art.8), deixando explícita a suposta necessidade de uma relação entre a educação e a “dinâmica de mercado”. Incentiva-se, ademais, a mobilização do trabalho voluntário, recursos privados e públicos dirigidos, com efeito, à educação básica, implicando “relações econômicas honestas e equilibradas” (art.10).

Dentro de seu plano de ação, a Declaração deixa clara a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, na seção: 1.3. Definir Políticas para a Melhoria da Educação Básica, onde está disposta a mediação entre as necessidades locais, particulares a cada país e as necessidades universais, nos termos: “a proteção do meio ambiente, uma relação equilibrada população/recursos” como pré-condições para a qualidade, equidade e eficácia da educação.



Esses apontamentos têm por base, comprovar que, em linhas gerais, os fundamentos que orientam os documentos oficiais destinados ao campo educacional não se alteraram substancialmente até o presente. Nessa mesma direção, nota-se a colocação da educação como solução primeira para os graves problemas sócio-ambientais produzidos pelo capitalismo contemporâneo, no quadro de uma severa crise estrutural, conforme assinala Mézáros (2002). Assertiva especialmente comprovada com os recentes documentos publicados voltados ao enaltecimento do chamado desenvolvimento sustentável, principal objeto do presente texto, que buscaremos avaliar em suas dimensões quantitativa (sustentável) e qualitativa (desenvolvimento).

2. MAIS DO MESMO: o debate contemporâneo sobre a sustentabilidade no âmbito científico e empresarial.

Diversos veículos científicos vêm debatendo com intensidade, a problemática do desenvolvimento sustentável mundial, dando especial atenção à intensificação da exploração dos recursos naturais. Segundo alguns teóricos (dentro do paradigma da chamada sociedade complexa), essa problemática atravessa variadas dimensões da vida social, classificadas em: “dimensão político-institucional como causa eficiente”, “dimensão econômica como causa material”, “dimensão ambiental como causa formal”, por sua vez, ligados em um modelo interacional, o que significa que nenhum desses elementos podem ser separados ou abstraídos em um esforço analítico (MARQUES, 2010, p. 28). A razão metodológica desse caminho, está embasada no princípio de que os sinais da degradação ambiental só podem ser compreendidos “a partir de um modelo interpretativo, epistemologicamente transdisciplinar e politicamente despido de preconceitos” (MARQUES, 2010, p. 28).

Considerando a materialidade das construções sociais, devemos citar também os princípios norteadores das políticas empresariais. Com efeito, no campo corporativo, o desenvolvimento sustentável é uma temática muito apreciada. Basta analisar os relatórios de grandes empresas multinacionais, especialmente (e frequentemente) quando criam uma seção destinada à discussão do Meio Ambiente. Um ponto interessante dessas produções é o reconhecimento das consequências que uma determinada atividade empresarial causa ao ecossistema. Por sua vez, essas consequências são setorizadas, deixando transparecer uma conjuntura onde apenas as variáveis mais relevantes à expansão das atividades



laborativas da empresa são pertinentes à esfera pública. Como exemplo, podemos citar o recente Relatório de Sustentabilidade da “empresa mista” Petrobrás no ano de 2011, que aborda as implicações das mudanças climáticas:

“O crescimento econômico e social do Brasil deverá implicar uma elevação do consumo de energia e, conseqüentemente, de combustíveis fósseis. Nesse cenário, haverá aumento das emissões de gases do efeito estufa (GEE), associado ao setor de energia e transportes, apontado por diversos estudos como um dos causadores do aquecimento global. O Sistema Petrobras reconhece as evidências da ciência do clima e se empenha na compreensão dos impactos da mudança climática e em iniciativas para sua mitigação” (PETROBRÁS, 2011, p. 81).

Podemos aferir ao texto uma racionalidade processual que naturaliza as implicações da reprodução do mercado, dessa forma, eliminando qualquer exercício crítico acerca das radicais mudanças climáticas. Em nenhuma hipótese, são questionados os motivos do fenômeno em pauta, ao contrário, as ações institucionais são justificadas mediante um compromisso de responsabilidade social que alcançam, no máximo, a redução de gases poluentes, como comprovado no mesmo documento.

Dessa forma, o discurso vigente do capital utiliza a plataforma idealista dos princípios democráticos atraindo o debate ambiental para campos restritos, sob a justificativa do gerenciamento funcional. Com isso, as problemáticas prospectadas aos caminhos do ecossistema são tecnicizadas através do emprego de soluções baseadas na pesquisa científica: “A Petrobrás destina investimentos expressivos ao desenvolvimento de soluções tecnológicas... Entre 2006 e 2011, a companhia investiu cerca de US\$ 64 milhões em P&D, mantendo convênios e contratos com instituições [...]”(PETROBRÁS, 2011, p.82). Como também na esfera da burocracia institucionalizada: “Para identificação de melhores práticas e tendências regulatórias, participamos [...] do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), [...] do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)” (PETROBRÁS, 2011, p.87). No fim, a única alternativa que é oferecida ao campo de soluções dadas às implicações da exploração dos recursos naturais é o da legalidade burguesa, senão vejamos um exemplo: “A supressão vegetal é uma intervenção frequente [...] Supressões dessa natureza são sempre realizadas mediante autorização do órgão ambiental competente e acompanhadas de recomposição vegetal [...]” (PETROBRÁS, 2011, p. 87 - 88).

Dando continuidade ao debate teórico, a profícua realização de acordos internacionais a partir do ano 2002, especialmente com a proclamação da Década das



Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em vigor de 2005 a 2014, fez com que muitos cientistas se debruçassem com mais intensidade ao estudo do desenvolvimento sustentável e seus condicionantes. No campo educacional, podemos observar que, frequentemente, os especialistas, em sintonia com a proposta dos grandes conglomerados privados, associam a solução futura do processo de degradação ambiental à educação, destacando nessa ótica, a esfera escolar. Posto isto, na perspectiva da análise pós-moderna, é construído um território de críticas depreciativas que negativam a formatação estritamente curricular da escola tradicional e a própria educação ambiental, baseada nos anos 1970, por apresentarem visões restritas, que não dão conta da complexidade social contemporânea. Como perspectiva substituta, colocam que a EDS é um paradigma mais amplo, portanto, alcançando melhores resultados mediante a diversidade de circunstâncias enfrentadas pela humanidade: “A EDS é mais abrangente. Tem de integrar a dimensão ambiental, mas também a social, a econômica e, sobretudo a governança” (MARQUES, 2010, p.35). Dadas as considerações acima, a escola ganha uma “nova funcionalidade”, pois, a reconfiguração da mesma poderia: “[...] entusiasmar alunos, funcionários e professores e levá-los a empenharem-se nas questões da sustentabilidade [...] Isto acontece quando a escola começa por cuidar dos seus espaços em termos de eficiência energética, de aproveitamento das águas [...]” (SCHMIDT, 2010, p. 37).

Em “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, publicado no ano de 2003, e atualmente disponível no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (MMA), temos uma síntese do direcionamento político que rege a EDS. Buscando formatar valores individualistas e direcionando competências privadas à sociedade civil, o documento deposita suas críticas fundamentadas em valores psicologizantes que se prendem, através de uma linguagem mistificadora, à solidariedade global, característica presente na própria definição de EDS: “Educação para o desenvolvimento sustentável é um ‘conceito dinâmico que compreende uma nova visão da educação que busca empoderar pessoas de todas as idades para assumir a responsabilidade de criar e desfrutar um futuro sustentável’ [...]” (BRASIL, 2003, p.1). Com isso, o modo de operacionalizar a premissa acima citada, assemelha-se significativamente aos princípios educacionais presentes na Declaração de Jomtien, senão vejamos duas considerações a respeito da EDS. Desse modo, com relação ao ensino básico, é postulado que: “a educação básica deve focar na comunhão de conhecimento, habilidades, valores e perspectivas que encorajem e apoiem os cidadãos a levar vidas sustentáveis.” (BRASIL, 2003, p. 2). Ligada à dimensão política, por sua vez, da



proposta (EDS), temos o forte apelo formal burguês: “Cidadãos conscientes do voto e consumidores informados podem auxiliar comunidades e governos a adotar medidas para a sustentabilidade e caminhar em direção a sociedades mais sustentáveis” (BRASIL, 2003, p. 2). Em linhas gerais, tais conceitos, propostas e políticas de governo somam-se, representando um panorama fragmentado da atual conjuntura de “crise estrutural do capital”, buscando proposições apegadas a valores idealistas.

3. MEIO AMBIENTE E QUESTÃO AGRÁRIA

Como crítica propositiva, teóricos fundamentados no materialismo-histórico e dialético, dirigem seus apontamentos não somente a refutar os princípios inerentes a EDS, mas a apontar seus equívocos através de sua “razão ontológica”. Balizam-se não no apelo ao consciente impreciso da autopreservação humana, que como alguns supõem, dirigiria a humanidade à permanente comunhão de interesses coletivos. O que esses estudiosos propõem, é afirmar a natureza predatória da reprodução do Capital, que se institui, unicamente pela degradação da categoria central dos processos sociais: o trabalho. Para tanto, assinalam que a processualidade humana não se constitui de consensos, mas de contradições que só elucidam-se através da leitura dialética da realidade. Essa perspectiva nos permite compreender que eventos como a RIO+20 (continuadora da ECO 92), e Cúpula dos Povos (evento “organizado” por movimentos sociais), acontecimentos que aparentemente representam um avanço político em direção à emancipação societária total, na verdade estão atravessados e esfacelados por uma dinâmica classista que busca hegemonizar apenas um grupo social. Assim, assinala-se que a “questão ambiental está hoje na realidade ligada diretamente a questão agrária, e logo, à revolução.” (UNIPA, 2012, p. 2). Em UNIPA (2012), aponta que os partidos políticos burgueses alcançam agora organizações trabalhistas: centrais sindicais, por exemplo. Se os documentos relatados acima (EDS) direcionam para um convívio harmonioso entre diferentes camadas sociais com os recursos naturais, a realidade nos convence que relacionar tal premissa com a redução drástica do número de desapropriações de áreas rurais improdutivas no Governo Lula (UNIPA, 2012, p. 2), também com o aumento da concentração de propriedades, ocupando essas, áreas maiores no intervalo 2003-2010? (tabela 1) não são paradigmas



consensuais. O que a leitura crítica deixa transparecer é que a: “A discussão da sustentabilidade é nesse quadro apenas parte de uma gestão de políticas públicas, uma “consciência culpada” que tentará corrigir os efeitos de uma política da qual ela faz parte” (UNIPA, 2012, p. 2). Em síntese, o que os documentos governamentais propõem é a responsabilização coletiva pelas consequências de práticas privadas (empresariais). Discurso facilmente questionável, desde que se olhe atentamente para as circunstâncias materiais (infra-estruturais) constituintes da dinâmica Capital x Trabalho.

Tabela 1

Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93

CONCLUSÃO

Por fim, é a partir do esforço crítico/materialista que identificamos a rede interacional entre as circunstâncias produtivas e ideológicas, detectando que a atual crise do capital se agudiza a tal ponto que o mercado, camuflado pelos princípios ditos democráticos, passa a ser visto como instância reguladora de todos os tipos de relações sociais, atribuindo um novo papel ao Estado e, por consequência óbvia, suas políticas, tendo como condição de governabilidade, a tendência a alcançar, de acordo com a reconstituição do mercado e os devidos valores que lhes são inerentes: a competição e o individualismo. Assim, compartilhando das ideias de Duriguetto (2007,p.88-89), é por meio da sociabilidade competitiva e individualista e como consequência a desagregação de grupos antes organizados, que se desativam mecanismos de negociação dos interesses coletivos para se eliminar direitos adquiridos, que se constitui uma sociedade civil que coopera para a governabilidade política consonante à reprodução do capital privado.

REFERÊNCIAS:

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.



MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARQUES, Viriato Soromenho. REVISTA NOESIS. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Revista Trimestral. nº 80, p.26-29. Janeiro/Março 2010, ed. DGIDC. Disponível em : <http://www.dgfdc.min-edu.pt/index.php?s=directorio&pid=27>. Acessado em janeiro de 2013

SCHMIDT, Luísa. REVISTA NOESIS. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Revista Trimestral. nº 80, p. 34-37. Janeiro/Março 2010, ed. DGIDC. Disponível em : <http://www.dgfdc.min-edu.pt/index.php?s=directorio&pid=27>. Acessado em janeiro de 2013

PETROBRÁS. **Relatório Petrobrás de sustentabilidade 2011**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/rs2011/>. Acessado em janeiro de 2013.

WCEFA - Conferência Mundial de Educação para Todos. **Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

UNIPA - Jornal da União Popular Anarquista. **Causa do Povo**, nº 64. Junho/Julho de 2012.

BRASIL. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Março/2003. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/sumexec_eds.pdf